



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6035 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

Por uma Pós-Graduação Babélica: A Presença Surda nos Mestrados e Doutorados Brasileiros

Juliana de Oliveira Pokorski - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Lodenir Becker Karnopp - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

POR UMA PÓS-GRADUAÇÃO BABÉLICA:

A PRESENÇA SURDA NOS MESTRADOS E DOUTORADOS BRASILEIROS

Babel fala de unanimidade, de totalidade e de mesmidade: de uma cidade, de uma torre, de um nome e de uma língua, que são para todos a mesma coisa. E fala também do fim da unanimidade, da totalidade e da mesmidade: da dispersão dos homens, da destruição da torre, da perda do nome, da confusão da língua e do aparecimento de outros homens, de outras torres, de outros nomes e de outras línguas.

Jorge Larrosa & Carlos Skliar

Para iniciar este texto, tomamos emprestadas as palavras de Larrosa e Skliar (2001), encontradas no livro *Habitantes de Babel: poéticas e políticas da diferença*, que nos inspiram a questionar, a partir da narrativa da Torre de Babel, o caráter negativo atribuído à multiplicidade de línguas. O texto bíblico da Torre de Babel fala de unanimidade e do fim da unanimidade, da totalidade e do fim da totalidade, mostra a destruição da torre, a confusão da(s) língua(s) e o aparecimento de outras línguas e de outras torres. Somos habitantes de Babel, vivemos uma condição babélica em nossas torres, em nossas cidades, em nossas universidades. A partir disso, buscamos construir este artigo, para discutir a potencialidade da presença surda no espaço acadêmico, presença que faz a torre balançar, que possibilita o aparecimento de outras línguas, outros sujeitos e outras experiências. A presença de surdos nas aulas de mestrado e doutorado, em Programas de Pós-graduação (PPG), possibilita a produção de outros modos de fazer e conduzir pesquisas. Tais diferenças estão registradas em teses e dissertações, bem como perceptíveis em aulas, por meio da presença da língua de sinais e de tradutores-intérpretes de Libras, entre outras marcas da cultura surda.

O objetivo deste artigo é discutir a presença de sujeitos surdos em PPG brasileiros,

com ênfase em alguns fragmentos históricos dessa presença. Para isso, são identificadas, em teses e dissertações produzidas por surdos, um panorama sobre os principais campos pesquisa e períodos de publicação das pesquisas. Como delimitação temporal foram analisadas 189 teses e dissertações, produzidas em um período de vinte anos, iniciando com a primeira dissertação publicada em 1998.

Embora pesquisas sobre a história da pós-graduação de modo geral ou sobre surdos na pós-graduação, de modo específico, sejam ambas escassas (ALMEIDA, 2017), é recorrente a afirmação de que, no Brasil, a primeira surda a ingressar em um curso de pós-graduação (PG) *stricto sensu*, foi Gladis Perlin, no ano de 1998, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A partir de uma investigação sobre o número de surdos egressos ou matriculados em PPG encontramos um total de 189 produções acadêmicas (25 doutorados e 164 mestrados) produzidas entre os anos de 2008 e 2018. Cabe salientar que, para se chegar a este número, tomamos como base estudos anteriores sobre essa temática e realizamos contato com professores orientadores de diversos PPG brasileiros para obter informações sobre surdos na PG. Destacamos o estudo produzido por Reis (2015) sobre professores surdos no Ensino Superior e o artigo de Monteiro (2018) sobre a crescente formação especializada de surdos no Brasil, os quais contribuíram para o levantamento das informações pretendidas.

Para pensar o acesso na PG, é fundamental considerar o contexto de ampliação no Brasil, tema abordado por Ana Lucia Monteiro (2015) em sua dissertação, quando analisa o acesso e permanência do aluno surdo na PG da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Segundo a autora, o acesso à pós-graduação está vinculado primeiramente à ampliação de vagas ao Ensino Superior, pois somente a partir da graduação é possível acessar a PG. Nesse sentido, a autora cita a constituição de 1988, que reconhece a “elitização histórica do acesso à educação superior” (MONTEIRO, 2015, p. 36) e a universidade como espaço de transformação social.

Cabe destacar políticas que criaram condições de possibilidade para o ingresso de surdos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Primeiramente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado no ano de 2007, ampliou substancialmente o número de campus universitários, estendeu o atendimento em cidades do interior e também expandiu as políticas de inclusão e assistência estudantil. Além disso, o Programa Universidade para Todos (ProUni) de 2013, “amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas, em contrapartida à isenção de impostos” (MONTEIRO, 2015, p. 38). A terceira política é a Lei de Cotas (Lei 12.711 de 2012), que passou a reservar cinquenta por cento das vagas do Ensino Superior para pessoas que tivessem realizado todo o Ensino Médio em escola pública. (MONTEIRO, 2015)

O acesso, permanência, participação e aprendizagem dos surdos nas IES requer o trabalho de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS). Para isso, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) proporcionou condições à criação de núcleos de acessibilidade permanentes nas universidades, a partir de 2011, com objetivo de promover ações efetivas de participação das pessoas com deficiência à vida acadêmica, assegurando o direito linguístico e a acessibilidade das pessoas surdas, por meio de equipes de TILS para realizar as atividades de tradução e interpretação de Libras.

A implementação desses Programas e políticas nas IES nos auxilia a contextualizar o ingresso de surdos nos PPG, pois impulsionaram a criação de espaços para o acesso e a permanência de surdos. Anterior à implementação desses programas e ao reconhecimento da Libras (Lei 10.436/2002), temos pioneiros que ingressaram em PPG, dentre eles, destacamos

a pesquisadora surda Gládis Perlin. Na introdução de sua dissertação (PERLIN, 1998) apresenta alguns desafios ou entraves, tais como a ausência de TILS e da língua de sinais no processo seletivo. Diante disso, na ocasião da seleção de mestrado, ela reivindicou a presença de um intérprete e, na correção da prova, solicitou que a escrita em português fosse considerada como uma segunda língua; ambas solicitações foram acatadas pelo PPG, no entanto as lutas por permanecer na diferença no ambiente da PG estavam apenas começando.

Eu lutava por sobreviver na diferença. Não podia admitir uma visão clínica do surdo, o surdo como deficiente. [...] Muitas vezes, implicações e conflitos aconteciam com professores e com alguns colegas que não conheciam mais a fundo aspectos culturais implicados na vida dos surdos. Doía que a pessoa surda não era vista como sujeito. Incomodava-me a forma como contavam o surdo. Era necessário fazer uma virada, era necessário fazer acontecer uma mudança. (PERLIN, 1998, p. 11)

A partir dessa citação é possível pensar brevemente sobre os desafios encontrados pelos surdos na PG, bem como refletir sobre os diferentes contextos das produções surdas. Perlin foi a primeira mestre e doutora surda em educação, na UFRGS, porém muitos outros surdos foram os primeiros também em outros contextos, em outros estados, em outras áreas de pesquisa, ou foram ainda os primeiros orientandos surdos de seus PPGs e de seus orientadores etc.

Os dados produzidos a partir da análise das teses e dissertações elencadas possibilitam refletir sobre essa afirmação e sobre os diferentes contextos em que essas pesquisas se inserem. Há produções em dezessete estados diferentes e em quarenta e seis IES, das quais se destacam a UFSC com cinquenta e nove produções, a UFRGS com vinte e duas e a Universidade de Brasília (UnB) com quinze.

Em relação às datas de publicação, foi possível perceber um aumento de produções ao longo dos anos, uma vez que até 2005, ano de assinatura do Decreto 5.626, que regulamentou a lei de Libras, foram encontradas apenas 6 produções. No ano seguinte, no entanto, foram publicadas mais quatro pesquisas, e o número foi se ampliando. Em 2015 e 2016, encontramos um total de 68 produções de mestrado e doutorado, atingindo o auge na quantidade de publicações em um único período.

É possível inferir que o curso de Letras-Libras, que formou expressivamente surdos em nível de graduação em diversos estados do país, sobretudo nos anos de 2010 e 2012, fomentou a progressão desses números. Outro fator relevante é a entrada de um grande número de docentes surdos nas universidades a partir do ano de 2005, quando o decreto - mencionado no parágrafo anterior - criou a obrigatoriedade da disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura e fonoaudiologia das universidades. A presença desses docentes potencializou demandas nas IES por inclusão e acessibilidade, criando condições para o acesso e formação de sujeitos surdos em nível de PG.

A partir do recorte temporal feito para a presente pesquisa, outro destaque é dado aos doutores surdos Gládis Perlin, Mariane Stumpf, Rodrigo Rosso e Ana Regina Campello, que

ingressaram em PPG e se tornaram professores orientadores. Em relação aos professores/as ouvintes, que orientaram pesquisas de estudantes surdos, destacam-se alguns nomes, como Carlos Skliar, professor convidado na UFRGS que orientou Gládis Perlin tanto no mestrado quanto no doutorado, sendo um dos responsáveis pela consolidação dos Estudos Surdos no Brasil. Assim, quanto ao número de dissertações e teses de orientandos surdos, destacam-se os professores orientadores nomeados no quadro a seguir:

Orientadores e respectivas quantidades de orientações de surdos

Orientador/a (Universidade)	Número de dissertações	Número de teses
Ronice Quadros (UFSC)	16	5
Mariane Stumpf (UFSC)	10 orientações 1 coorientação	2
Ana Regina Campello (UFSC e UFF)	4 orientações pela UFSC 3 orientações e 1 coorientação pela UFF	-
Tarcísio Leite, professor (UFSC)	7 orientações 1 coorientação	1
Enilde Faulstich (UnB)	7	1
Lodenir Karnopp (UFRGS)	6	2
Adriana Thoma (UFRGS)	5	-
Madalena Klein (UFPel)	1	2
Márcia L. Lunardi-Lazzarin (UFSM)	3	-
Rodrigo Rosso Marques (UFSC)	3	-

Fonte: As autoras (2020)

Um outro dado interessante a respeito das teses e dissertações produzidas por surdos é o programa e a linha de pesquisa em que o estudo se insere, que diz muito sobre as perspectivas que podem ser adotadas pelos estudiosos que ali produzem suas investigações. Além disso, o programa e a linha de pesquisa também têm total relação sobre o que pode ser pesquisado, quais perguntas de pesquisa podem ser engendradas em cada espaço acadêmico e até mesmo sobre os referenciais teóricos utilizados. É interessante, portanto, evidenciar que a maioria das pesquisas foram produzidas no campo da educação. Nos dez primeiros anos de produção acadêmica surda no Brasil, foram encontrados apenas estudos realizados neste campo; no entanto a partir de 2009 se observa uma ampliação intensa de produção da área dos estudos da linguagem e no campo da linguística.

Das 189 produções, praticamente metade foi produzida no campo da educação, em Programas de Pós-Graduação em Educação, e também em alguns PPG mais específicos, como Educação Ambiental e Educação Especial. Além das pesquisas em educação, outra área que merece destaque é a de Letras, que abarca duas grandes áreas com um grande número de pesquisas: a linguística e tradução. A primeira conta com trinta e oito dissertações de mestrado e sete teses de doutorado, enquanto a área dos Estudos de Tradução, que tem ganhado força nos últimos anos, conta com dezenove dissertações e uma tese. Relacionado a grande área da Letras ainda foram encontradas duas pesquisas produzidas em um PPG em Ciências da Linguagem, duas em um PPG em Estudos da Linguagem, seis pesquisas produzida no PPG em Letras e uma no PPG em Literatura.

É interessante refletir sobre os motivos para que os campos de pesquisa em educação, linguística e tradução sejam os espaços com maior inserção de pesquisadores/as surdos/as. É relevante atentar para o contexto social, histórico e político que possibilita que as pesquisas sejam produzidas nesses campos e/ou programas de pós-graduação específicos. Um aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de que, nos últimos anos, o movimento surdo tem se pautado na luta pelo reconhecimento da língua de sinais e por escolas bilíngues para surdos. Além disso, grande parte dos pesquisadores surdos são também docentes da disciplina de Libras (e outras relacionadas) nas universidades, e a mesma geralmente está

alocada nas Faculdades de Letras ou Educação.

A participação de surdos em grupos de pesquisa que discutam temas relacionados à educação de surdos, a língua de sinais, entre outros, possibilita construir pesquisas de maneira menos isolada, com mais trocas e fortalecimento por meio do compartilhamento de ideias, debates e reflexões. A possibilidade de contar com um/a orientador/a fluente em língua de sinais ou até mesmo um/a orientador/a surdo/a certamente propicia momentos de conforto linguístico, e que dão mais valor aos conhecimentos produzidos na língua de sinais.

Devemos, no entanto, ponderar, que há outras pesquisas para além dos campos mencionados, embora em menor quantidade, por exemplo PPG em Ciência da Computação, PPG em Computação Aplicada e PG em Desenvolvimento Local.

Por fim, é necessário sublinhar que, independentemente do campo de pesquisa, a presença surda no ambiente acadêmico é política, assim como o são as suas produções, uma vez que, de modo geral, não são somente reflexo de uma busca pessoal por respostas a problemas de pesquisa, mas também uma questão social. Djamila Ribeiro (2012), a partir de seus estudos sobre lugar de fala, fornece subsídios para considerar que tais pesquisas são “um meio de contribuir para a desconstrução de imagens e estereótipos baseadas na insuficiência, na falta, na menos valia” (RIBEIRO, 2012, p. 26).

A partir do acesso, permanência e participação de surdos e de outras minorias na PG, é possível se produzir outras questões e outros objetos de pesquisa, ou olhá-los de outros ângulos. A participação de minorias possibilita que outras vozes comecem a circular no ambiente acadêmico e essa presença produz efeitos na universidade e até mesmo na sociedade de modo mais amplo. Por isso é crucial construir uma universidade babélica, com diferentes pesquisadores/estudantes e com pesquisas múltiplas.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos na pós-graduação. Educação de Surdos. Produção Acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa De. **A pós-Graduação no Brasil: história de uma tradição inventada**. 2017. Tese (doutorado em educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônios somos. A modo de apresentação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Eds.). **Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. b. p. 7–30.

MONTEIRO, Ana Lucia Lima da Costa Pimenta. **O acesso e a permanência do aluno surdo na pós-graduação: questões linguísticas e educacionais**. 2015. Dissertação (mestrado em linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MONTEIRO, Myrna Salerno. Mestres e Doutores Surdos: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, [s. l.], v. 23, n. Maio, p. 1–40, 2018.

PERLIN, Gladis. **Histórias de vida surda: Identidades em questão**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

REIS, Flaviane. **A Docência na educação superior: Narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Educação, Uberlândia - MG, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.